

PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS SOBRE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS ENTRE 2010 E 2019

VICTOR EMMANUEL SILVA GUIDOTTI¹; RUAN LOPES DA SILVA²;
CLEITON STIGGER PERLEBERG³

¹Graduando do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental, Universidade Federal de Pelotas - UFPel – emmanuelguidotti1999@gmail.com

²Graduando do Curso de Zootecnia, Universidade Federal de Pelotas – UFPel – ruan.agropecuaria.ifro@gmail.com

³Coordenador do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental, Universidade Federal de Pelotas – UFPel – cleiton.gaufpel@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, a humanidade vive em um momento de reflexão sobre os rumos que deve tomar no tocante à sua relação com o meio ambiente. É, cada vez mais frequente na mídia, nos debates sociais, acadêmicos, políticos e econômicos, a preocupação com a forma como a sociedade, em geral, lida com os recursos naturais, como a fauna, a flora e com os diferentes ecossistemas existentes. Há também uma crescente disposição em promover ações que possam mitigar impactos negativos sobre a natureza ou contribuir com o desenvolvimento sustentável de determinadas regiões e ecossistemas.

Falando sobre ecossistemas, é importante ressaltar o quão necessário são os serviços ecossistêmicos, que trazem inúmeros benefícios para a espécie humana e são definidos pelo MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT, ou simplesmente MEA (2003), como os benefícios que as pessoas obtêm dos ecossistemas. Ainda segundo o MEA, os serviços ecossistêmicos podem ser classificados em quatro grupos: provisão (alimentos, água, recursos genéticos), regulação (clima, controle de pragas e doenças), culturais (paisagem, espirituais) e de suporte (formação dos solos, ciclagem dos nutrientes e outros que mantêm os outros tipos de serviços possíveis de existir). E para JARDIM (2010), esses benefícios também podem receber a denominação de serviços ambientais, desde que ocorra uma interferência antrópica para que o serviço exista de fato.

Tais serviços ambientais podem virar instrumentos de conservação, graças a aplicação da mesma, por uma ciência como a Gestão Ambiental, definida por MORENO; POL (1999), como aquela que incorpora os valores de desenvolvimento sustentável. Ela integra políticas, programas e práticas que respeitam o meio ambiente em um processo contínuo de melhoria da gestão, preocupada em educar, ensinar e motivar os cidadãos a compreenderem e aderirem aos valores sustentáveis. Com base nessa definição, é possível pensar na Gestão Ambiental como a ciência mais adequada a ser usada em ações de conservação, já que sua essência é a visão holística, que não analisa as problemáticas apenas pelo enfoque ambiental, mas também pelo social, político, econômico e cultural.

Dentro da ciência Gestão Ambiental, temos uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável: Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Segundo WUNDER (2005) PSA é a transação voluntária na qual um serviço ambiental bem definido está sendo “comprado” por um ou mais compradores de serviços de um ou mais provedor(es) de serviços se este(s), por sua vez, assegurar(em) a prestação dos serviços ambientais. A prática torna-se interessante pelo fato de ser uma relação de ganhos mútuos: quem está pagando

pelo serviço garante um ambiente conservado e sustentável, ao passo de que o prestador do serviço está realizando uma atividade ecologicamente benéfica e sendo remunerado por isso.

Quanto ao arranjo institucional de PSA no Brasil, há o Projeto de Lei nº 312/2015 em tramitação, atualmente remetido ao Senado Federal para apreciação. A proposta da lei é criar uma Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA), além de um Fundo Federal (FUNPSA) e um Cadastro Nacional (CNPSA).

Tendo em vista a importância do tema para presentes e futuras ações que promovam o bem-estar da relação entre humanidade e natureza, o presente trabalho busca quantificar o número de publicações feitas em um período de dez anos (2010 a 2019) em uma das mais utilizadas plataformas de base de dados, como forma de verificar o quanto o assunto está sendo debatido na última década no âmbito acadêmico.

2. METODOLOGIA

Realizou-se pesquisa na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES para saber a quantidade de publicações sobre PSA realizadas entre os anos de 2010 e 2019. Para isso, utilizou-se a ferramenta de “busca avançada” disponível na plataforma, personalizando a pesquisa de forma a encontrar o termo “pagamento por serviços ambientais” ou no título da publicação ou no assunto da mesma. A Figura 1 ilustra o processo metodológico de busca, devidamente personalizado para o trabalho.

Figura 1 - Mecanismo de busca da plataforma CAPES.

Buscar Assunto (Insira DOI/PMID ou termo de busca)

Nova Busca Ajuda

Convidado(a) Meu Espaço Minha conta Identificação

no título	contém	pagamento por serviços ambientais	OR
no assunto	contém	pagamento por serviços ambientais	

Data de publicação: Últimos 10 anos

Tipo de material: Artigos

Idioma: Qualquer idioma

Data Inicial: 01 / 01 / 2010

Data Final: 31 / 12 / 2019

Selecione bases de dados para busca

Buscar Clear Busca simples

Personalize your results [Edit](#)

Resultados de 1 - 10 para 53 para Portal de Periódicos

Mostrar somente Periódicos revisados por pares (43)

Ordenado por: Data - mais recente

Ativar o Windows [Acesse Configurações para ativar o Windows.](#)

1 2 3 4 5

A plataforma também foi utilizada para embasamento teórico, pesquisa bibliográfica e quantitativa. Para os dados acerca de trabalhos na Universidade Federal de Pelotas - UFPel, utilizou-se a plataforma Pergamum da instituição.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

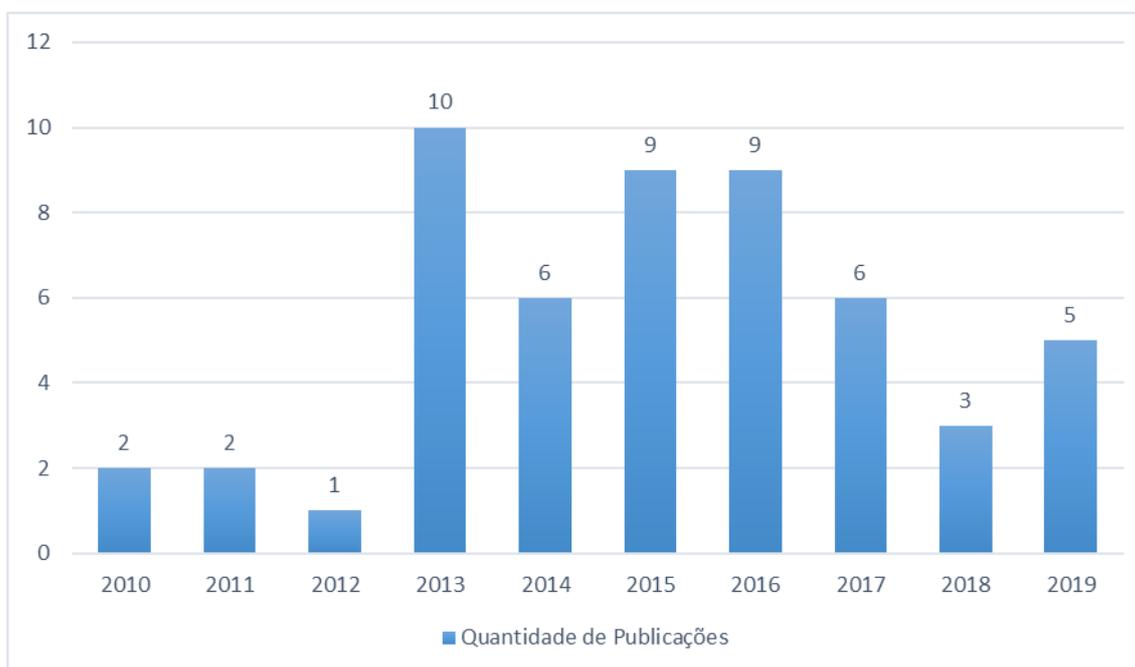
Desta forma, a pesquisa encontrou 53 resultados no período de dez anos, com cada ano possuindo, ao menos, uma publicação a respeito do tema, conforme explicitado na Tabela 1.

Tabela 1 - Publicações sobre Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) de 2010 a 2019 na Plataforma CAPES.

Ano	Quantidade
2010	2
2011	2
2012	1
2013	10
2014	6
2015	9
2016	9
2017	6
2018	3
2019	5
Total	53

Conforme o gráfico da Figura 2 demonstra abaixo, o ano em que mais trabalhos sobre PSA foram publicados, foi o ano de 2013, enquanto o ano de 2012, com apenas uma publicação a respeito, foi o de menor aparição de novos trabalhos sobre o tema.

Figura 2 - Gráfico de publicações sobre Pagamento por Serviços Ambientais por ano entre 2010 e 2019 na Plataforma CAPES.



Para efeito de comparação, ao se pesquisar o termo “educação ambiental” e utilizando os mesmos padrões de busca, a diferença é significativa: 1.314 resultados encontrados no mesmo período de tempo. Outros termos foram pesquisados para comparar: “arborização urbana” resultou em 96 publicações, o termo “silvicultura” apresentou 499 resultados.

Para efeitos mais extremos de comparação, ao se pesquisar o termo “Rhinella marina” nome científico do sapo-cururu, nos mesmos parâmetros de busca, encontra-se 294 resultados. Ao pesquisar o nome da cantora “Beyoncé” a plataforma apresenta 373 resultados.

Partindo para o âmbito da Universidade Federal de Pelotas - UFPel, os resultados também não são melhores: ao se pesquisar o termo “pagamento por serviços ambientais”, na plataforma Pergamum, apenas duas publicações são encontradas. Tais publicações são Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), foram encontradas. Uma do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental (2015), que foi consultada três vezes na Pergamum desde sua publicação. A outra publicação do Curso de Direito (2010), foi consultada apenas uma única vez, tendo sido publicada há dez anos.

4. CONCLUSÕES

Conclui-se, com base nos dados analisados, que a temática do Pagamento por Serviços Ambientais encontra-se, no momento, subaproveitada no âmbito acadêmico. Tendo em vista o seu potencial como ferramenta para contribuir com o desenvolvimento sustentável, este último que deve ser alcançado para o triunfo e manutenção da espécie humana no planeta, é necessário uma maior atenção a este instrumento, que ainda é pouco estudado e aplicado como ferramenta de conservação do meio ambiente.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Projeto de Lei nº 312 de 10 de Fevereiro de 2015. Acessado em 19 set. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=946475>
- CAPES - Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. **Portal de Periódicos Capes**, 2020. Acessado em 18 set. 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/>
- JARDIM, M.H. **Pagamentos por services ambientais na gestão de recursos hídricos: o caso de município de Extrema/MG**, 2010. 1950 Dissertação de Mestrado - Universidade de Brasília. Brasília-DF.
- MEA – MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT. **Ecosystems and human well-being: a framework for assessment**. Washington, DC: Island Press, 2003. Acessado em: 20 set. 2020. Disponível em: www.millenniumassessment.org/documents/document.356.aspx.pdf.
- MORENO, E., & POL, E. **Nociones psicosociales para la intervención y la gestión ambiental**, 1999. Monografies Socio / Ambientals, 14. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona.
- WUNDER, S. Payments for environmental services: Some nuts and bolts. **CIFOR Occasional Paper**, Bogor, n.42. p.1-24, 2005.
- PERGAMUM, **Sistema Integrado de Bibliotecas**. Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Acessado em: 20 de set. 2020. Disponível em: <https://pergamum.ufpel.edu.br/pergamum/biblioteca/>